

Redução de 42% nas mortes violentas no RN

O percentual foi registrado no comparativo dos últimos 5 anos

O Rio Grande do Norte alcançou, ao final de 2024, uma marca histórica na segurança pública: a maior redução de mortes violentas intencionais (MVI) dos últimos 14 anos. A comparação entre os anos revela que a quantidade de homicídios no estado foi a menor desde 2011. É importante destacar que, nos últimos cinco anos, o estado obteve um expressivo percentual de redução, com 42,6% a menos.

De acordo com os dados consolidados e divulgados pela Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE) da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), em 2024, foram registrados 835 homicídios em todo o estado.

“Começamos 2025 com esta excelente notícia: o número de homicídios reduziu pelo quinto ano consecutivo. Desde que iniciamos nossa gestão, em 2019, até o ano passado, conseguimos alcançar uma diminuição de 42,6%. Trabalhamos muito para chegar a esse número. Foram investimentos em novas viaturas, equipamentos e, o mais importante, a valorização dos agentes de segurança pública, por meio de concursos, promoções e reconhecimento do trabalho de cada um deles”, destacou a governadora Fátima Bezerra.

A redução nas mortes violentas também foi observada



Ascom SESED

Os casos de feminicídio também apresentaram redução no estado

nas maiores cidades do estado, Natal e Mossoró. Em Natal, capital do estado, foram registradas 135 mortes violentas em 2024. O número de homicídios mais baixo na história dos últimos 14 anos havia sido registrado em 2023, com 194 homicídios, o que representa uma redução de 30,4% (59 crimes a menos).

Em Mossoró, em 2024,

também se registrou o menor número de homicídios desde 2011, com 86 mortes violentas. O recorde anterior era de 2023, com 90 homicídios, o que significa uma redução de 4,4%.

A comparação entre os anos de 2024 e 2023 mostrou uma queda substancial nas mortes violentas.

Um dos destaques dessa redução foi a diminuição dos

casos de latrocínio. Em 2023, foram registrados 32 casos, enquanto em 2024 esse número caiu para 22, o que equivale a uma queda de 31,3%. O número de homicídios dolosos também apresentou uma diminuição significativa: em 2023, o Rio Grande do Norte teve 814 homicídios, enquanto em 2024 esse número caiu para 636.

CORREIO OPINIÃO

Investir em acessibilidade é garantir igualdade

Por Jose Arthur Lemos de Assunção*

Acessibilidade não é apenas uma palavra bonita para usarmos no dia a dia, mas um conceito essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou mentais, possam participar plenamente da sociedade. Não à toa em dezembro celebramos o Dia Nacional da Acessibilidade, data fundamental para conscientização sobre o tema.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país possui cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, o que representa aproximadamente 9% da população nacional. Infelizmente, boa parte deste grupo ainda encontra dificuldades no mercado de trabalho, na construção de relacionamentos e em outras questões básicas, que deveriam ser um direito de todos.

Mesmo diante de iniciativas públicas, como a Lei 10.098/00, que estabelece normas para promoção da acessibilidade no país, como cotas para pessoas com deficiências (PCD) nas empresas e obrigatoriedade de elevadores no

transporte público, ainda há um longo caminho a percorrer. Para se ter ideia, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) só foi promulgada em 2015.

Neste ano tivemos avanços evidentes, como a abertura do maior centro de reabilitação da América Latina, o Hospital ABBR-Valsa, no Rio de Janeiro, além de uma iniciativa inovadora criada por estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os alunos desenvolveram dispositivos fabricados em uma impressora 3D que auxiliam a rotina de PCD em situações cotidianas, como se alimentar ou se arrumar.

Como sociedade, falamos muito em igualdade de oportunidades. Entretanto, é impossível garantir igualdade sem que haja um investimento em acessibilidade. A deficiência, seja ela física ou mental, pode surgir a qualquer momento, como num piscar de olhos. A inclusão é um processo contínuo que exige empenho coletivo de governos, empresas privadas e nós, como indivíduos.

*Presidente da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação

Alagoas contra os maus tratos aos animais

Já está em vigor a Lei nº 9.412, que obriga condomínios residenciais e comerciais a comunicarem às autoridades policiais, em até 24 horas, qualquer caso de maus-tratos ou violação de direitos dos animais ocorrida em suas áreas.

A nova legislação torna síndicos e administradores responsáveis por garantir que os animais vivam em um ambiente seguro e livre de crueldade. A secretária de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência, Arabella Mendonça, celebrou a aprovação da lei e destacou sua importância para o estado.

“Essa lei é um reflexo do quanto a sociedade alagoana se preocupa com o bem-estar animal. Ao tornar os condomínios responsáveis por denunciar casos de maus-tratos, estamos criando uma rede de proteção mais eficiente e garantindo que nenhum animal sofra em silêncio”, explicou Mendonça.

A lei, sancionada pelo governador Paulo Dantas em 29 de novembro de 2024, determina que a comunicação às autoridades policiais deve conter informações que permitam a identificação do animal, do local onde ele pode ser encontrado, do agressor e as circunstâncias do crime. A ausência ou imprecisão das informações não isenta o condomínio da obrigação de realizar a denúncia.

Além disso, os condomínios estão obrigados a afixar cartazes e comunicados informando sobre a nova lei, conscientizando os moradores sobre a importância de denunciar qualquer tipo de violência contra animais.



Apartamentos exclusivos e completos para long stay em Ipanema com a comodidade de ter serviços de um hotel à sua disposição.



R. Francisco Otaviano, 155 - Ipanema, Rio de Janeiro - RJ